

ENTRE O REFÚGIO BRASILEIRO E O EXÍLIO EUROPEU: FRAGMENTOS DE MEMÓRIA DE UM MONTONERO

*Between a Brazilian refuge and the European exile:
Fragments of memory of a “Montonero”*

*Marcos Gonçalves**

RESUMO

Neste artigo abordo parte da trajetória política e pessoal do militante político argentino Miguel Fernández Long, ex-membro da organização Montoneros. Refugiado no Brasil entre 1977 e 1978, Fernández Long conseguiu exílio na Suécia, onde permaneceu até meados da década de 1980. Meu objetivo é, a partir dos depoimentos de Fernández Long, e ancorado em bibliografia delimitada sobre a temática da proscrição política, circunscrever experiências que deram significado e apoiaram o sistema de crenças da militância montonera durante a ditadura argentina, deslocando o foco de interesse das lideranças da organização para as lembranças individuais de militantes “secundários”. Tomo como referência a problemática de como uma voz que narra em modalidade pessoal no presente interatua com as vozes situadas na dimensão comunitária.

Palavras-chave: ditaduras militares e proscrições políticas; Fernández Long; memórias.

ABSTRACT

The present article treats about part of the political and personal trajectory of the Argentinean Miguel Fernández Long, a political militant and former member of the Montoneros organization. A refugee in Brazil between 1977 and 1978, he was granted asylum

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

in Sweden. Based on Fernández Long's declarations as well as on a delimited political proscription-related bibliography, intention is to be restricted to experiences that added significance and support to the Montoneros' system of beliefs during the Argentinean dictatorship, changing focus of interest from the organization leadership to individual memories of "secondary" activists. Reference used is the way how a voice expressing itself in the present relates to communitarian dimension-connected voices.

Key-words: Military dictatorships and political proscription; Fernández Long; memories.

Introdução – Horizontes

Em suas Memórias, o poeta chileno Pablo Neruda lembrou que o único personagem inesquecível de sua infância foi a chuva: frequente e impassível, a ser observada não como látego que feria as janelas da casa familiar, mas deslizando lenta e pacientemente como arte produzida por um céu cinzento¹. Nessa fronteira extrema do Chile, ao poeta nascido para a vida, para a terra, para a poesia e para a chuva, não houve tempo de vida para testemunhar e entender de pleno jovens de outra geração e outro país nascerem para a luta política, e, no limite, morrerem na política.

Se a Temuco pioneira descrita por Neruda, posto avançado da vida chilena nos territórios do sul revelava uma longa história de sangue, a também pioneira Buenos Aires, aristocrática, cosmopolita e esnobe, centro da cultura latinoamericana; foi ela mesma palco de histórias cuja dimensão trágica mostrar-se-ia em sua inteireza nas décadas em que as ditaduras civil-militares devastaram o continente. Histórias vividas como experiência contraditoriamente acelerada e descontínua do tempo histórico; histórias tragadas com impaciência, e moldadas pela vontade de transformar para além dos irreparáveis danos existenciais, físicos e afetivos daquele agora e do longo depois.

1 NERUDA, Pablo. *Confesso que vivi: Memórias*. Trad. Olga Savary. São Paulo: Difel, 1982, p. 7.

Um dos mais inquietantes significados da história argentina dos anos 1970 talvez não seja a violência em si – esta, inscrita como tatuagem política no corpo do país desde o tempo de suas mitologias fundadoras – e sim, o transbordamento dessa violência em forma de extermínio planejado e sistemático. Um extermínio equivalente àquilo denunciado por Rodolfo Walsh na célebre carta aberta escrita à ditadura militar às vésperas do seu assassinato, como sendo “o terror mais profundo que a sociedade argentina jamais conheceu”.

É dessa história coletiva gerada pela intensificação de um grau inédito de terror de Estado investido de um poder desaparecedor, nos termos empregados por Pilar Calveiro, de onde se podem depreender histórias particulares, fragmentos de militância que atravessam o tempo, instalam-se no passado vivido em refúgio e exílio, e cristalizam no presente como um projeto por justiça menos que encerrado, mas sempre em construção.

Ao empenhar-se na compreensão sobre o “confesso que vivi” do ex-militante montonero Miguel Fernández Long no período que corresponde à adesão aos Montoneros até o refúgio e o exílio entre 1977/78, este texto pretende dialogar com interpretações que, em certa medida, tendem a relativamente desconsiderar as experiências pessoais e as memórias individuais como bases possíveis de entendimento dos processos históricos mais amplos, e que estão dissociadas de grupos de elite.

Este artigo compõe-se de documentos ou “rememorações” de Fernández Long produzidos em duas situações. O primeiro, duas entrevistas concedidas pelo personagem e realizadas por mim no mês abril de 2015, nas quais também incorporo o texto “Apunte sobre la militancia de Beatriz Oesterheld”, de autoria de Fernández Long;² e, por fim, uma declaração testemunhal prestada ao Poder Judicial de la Nación, na cidade de San Martín/Argentina no dia 13 de abril de 2015. Igualmente, minha reflexão não pretende negligenciar um debate, ainda que mínimo, sobre a questão da proscrição política em

2 Além do depoimento, Fernández Long redigiu um documento sob título “Apunte sobre la militancia de Beatriz Oesterheld”, gentilmente cedido a mim, e no qual narra, entre comoção e lucidez, parte da trajetória pessoal e política de Beatriz, sua companheira até meados da década de 1970: “Sus lecturas, los comienzos y el luche y vuelve”, de onde ressalta “Un corazón brillante, una mente lúcida y ética inflexible. Su voz todavía se escucha con claridad”.

suas diversas modalidades, tendo em vista que foi essa a condição primordial que afetou a trajetória de vida de Miguel Fernández Long por quase uma década.

Por que o interesse em um militante “secundário” da organização sendo que a historiografia tem tratado, majoritariamente, a questão dos Montoneros dentro de uma grade pragmática de interpretação, e a partir de um *corpus* documental predominantemente doutrinário produzido pela voz autorizada de suas lideranças?³ O que pode nos revelar minimamente a trajetória pessoal sobre um fenômeno histórico de tal magnitude para uma sociedade? A experiência da militância e posteriormente a proscrição do país, tomadas individualmente, poderiam representar um desafio de natureza analítica para compreendermos os fenômenos coletivos e/ou comunitários do desterro político?

Sem deixar de reconhecer o valor sintético-compreensivo do testemunho documental tradicional e de como esse testemunho é organizado pelo método histórico enquanto um discurso crítico e compreensivo sobre o passado, trata-se de pensar a experiência do indivíduo como algo que deve encontrar um lugar relacional às interpretações historiográficas⁴. Ou, como possibilidade de tangenciar a dualidade “memória individual” e “memória normativa” consolidada na historiografia pela atribuição ao relato do personagem da ideia (ou paradigma) de “indivíduo como valor”. Tomar o indivíduo como valor, como destacou Verena Alberti, não é apenas considerá-lo uma entidade valorizada em nossa cultura individualista, o que representaria um evidente reducionismo. Mas nutrir uma

3 Especialmente: GILLESPIE, Richard. Soldados de Perón: Los Montoneros. Buenos Aires: Grujalbo, 1987. E mais recentemente: PACHECO, Julieta. Una aproximación a los antecedentes programáticos de la organización político-militar Montoneros. *Revista SAAP*. Buenos Aires, vol. 8, n. 1, p. 237-257, 2014. PACHECO, Julieta. Montoneros a la luz de su programa. *Revista THEOMAI – Estudios críticos sobre Sociedad y Desarrollo*, n. 29, primer semestre, p. 1-20, 2014. PACHECO, Julieta. Acerca del programa de la organización Montoneros: reformistas o revolucionarios. *Trabajo y Sociedad*, n. 23, 2014, p. 249-265.

4 Neste sentido, note-se o que argumenta Enzo Traverso sobre o fato de que os historiadores, no seu ofício, ao tratarem “sobre la reconstrucción y la interpretación, no tienen el monopolio de su representación. Esta última sigue diversos caminos, que los historiadores no controlan y que suelen superarlos. Su trabajo está puesto al servicio de la sociedad que lo usa como quiere. Ellos no tienen la última palabra”. TRAVERSO, Enzo. *La historia como campo de batalla*. Interpretar las violencias del siglo XX. Trad. Laura Fólica. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016, p. 283.

imprecisa crença de que esse indivíduo, como outro, comporta a totalidade, apesar de nivelado e fragmentado. “Ele é igual perante os outros, mas é também único e singular”. É neste sentido que Alberti lança duas interrogações inspiradoras para o meu texto:

Ele é igual perante os outros, mas é também único e singular. (...) Mas em que medida a experiência individual pode ser representativa? O que faz um pesquisador procurar um indivíduo que tenha sido ator ou testemunha de determinado acontecimento ou conjuntura para fazer dele um entrevistado? Com certeza a busca de alguma informação e de algum conhecimento que aquele indivíduo detém e que o próprio pesquisador não detém⁵.

Ao longo dos últimos vinte e quatro meses, através de documentos do sistema de informações da ditadura brasileira disponibilizados pelo Arquivo Nacional Brasileiro, estudo a trajetória de refugiados argentinos que começaram a ingressar no Brasil a partir de meados de 1976, quando o *Proceso de Reorganización Nacional* mobilizado pelos militares platinos avançava na erradicação e extermínio físico dos integrantes de duas organizações armadas: o Exército Revolucionário del Pueblo (ERP) e a Organização Montoneros. Essa pesquisa preliminar resultou na produção de um artigo com informações sobre três contextos reciprocamente considerados: os refugiados e seu processo de fuga da Argentina, o papel assumido pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) na proteção a eles, e os dispositivos repressores da ditadura brasileira no enquadramento e vigilância de tais atores⁶.

O ponto central afetado por esses contextos é que caberia ao ACNUR retirar do Brasil, no mais breve prazo, centenas de pessoas às quais tinha dado proteção, e como não interessava ao país

5 ALBERTI, Verena. *Ouvir contar*. Textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 20-23.

6 GONÇALVES, Marcos. Indesejáveis “hermanos”. Os refugiados argentinos e o sistema de informações da ditadura brasileira, 1977-1979. *HIB – Revista de Historia Iberoamericana*. Santiago, vol. 8, n. 2, 2. Semestre, p. 32-53, 2015.

participar do processo de seleção de refugiados para consolidar os termos de destino final na condição de exilados, restou ao ACNUR assumir uma série de responsabilidades e exigências que, se não atendidas, colocariam seriamente em risco a vida dos refugiados argentinos. Encurralados por quatro ditaduras (Argentina, Paraguai, Chile e Uruguai), um caminho pensado pelos refugiados para sobreviverem foi o Brasil, caminho facilitado talvez pela latitude de suas fronteiras, mas ainda, por uma impressão enganosa de que os meios repressivos da ditadura brasileira estivessem iniciando um processo de refluxo.

Não obstante, é equivocada a percepção de que apenas “subversivos estrangeiros” buscaram o Brasil como realidade territorial intermediária, como os documentos da ditadura brasileira registraram de forma tendenciosa. Centenas de familiares de desaparecidos e/ou detidos, ou então, pessoas que sentiam-se ameaçadas pelas condições políticas impostas pela ditadura argentina procuraram em outra ditadura militar o impulso para recompor a vida a partir de um tríplice roteiro: fuga da Argentina, refúgio no Brasil, exílio em algum país disposto a recebê-los. Salvo juízo mais adequado, existem poucos casos registrados pela historiografia brasileira, de argentinos que optaram por uma atitude de risco extremo permanecendo e radicando-se no Brasil⁷. Nesse aspecto, em face de uma realidade política extremamente desfavorável, a migração, que alude a um “horizonte de assimilação mais definitiva da sociedade de acolhida”⁸, somente foi possível em casos muito isolados. Assim, a documentação que evidencia as negociações entre o ACNUR e a ditadura brasileira acaba por revelar que a diáspora argentina nesse período atingiu seus mais altos índices de frequência,

7 Ver: QUADRAT, Samantha V. Exiliados argentinos en Brasil: una situación delicada. In: JENSEN, Silvina; YANKELEVICH, Pablo. (Orgs.). *Exilios: destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Livros del Zorzal, 2007, p. 63-102. QUADRAT, Samantha V. Da Argentina para o Brasil, de uma ditadura a outra. In: _____. (Org.). *Caminhos cruzados. História e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 169-204.

8 RONIGER, Luis. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios. In: QUADRAT, Samantha V. (Org.). *Caminhos cruzados. História e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 31-61.

transformando o Brasil em um dos corredores de acesso a países da Europa principalmente.

Engolfado por esse processo de diáspora em massa da Argentina, estava o jovem militante montonero Miguel Fernández Long. Sua condição impactou a minha pesquisa sobre os refugiados porque, caso raro entre seus compatriotas no refúgio, Fernández Long teve uma filha nascida no Brasil enquanto aguardava a posição oficial do ACNUR sobre o destino de exílio que acabou sendo a Suécia, como apontaram os documentos investigados⁹. E, como outros refugiados, somente conseguiu ingressar no Brasil pela cidade de Foz de Iguaçu portando documentos falsos:

Salimos en la mañana de Aeroparque en un vuelo que hacía escala en Puerto Iguazú y por lo tanto la aduana se hacía allá, donde asumimos que sería más fácil pasar. Íbamos por separados, ellos con sus documentos legales y yo con uno que tenía desde que pasé a la clandestinidad en el año 75 a nombre de Juan Domingo Montoya, DNI 103557553, nacido el 17 de octubre de 1952, creo que hicimos aduana en San Pablo el 22 o 23 de marzo de 1977 (FERNÁNDEZ LONG, 2015).

Assim, após localizar Fernández Long em Necochea, cidade localizada na costa atlântica da Província de Buenos Aires, e firmar os primeiros entendimentos para obter um depoimento, juntei à minha reflexão categorias conceituais que denotam a privação física, existencial e forçada do espaço original da cultura, além do que, aparecem como marcas emblemáticas de uma história da violência

9 Ofício n. 131 de 05 de abril de 1978, do ACNUR/PNUD ao Ministério da Justiça e cópia ao Ministério das Relações Exteriores. Cf. Arquivo Nacional – Documentos do Executivo e do Legislativo. Classificação BR.RJANRIO.TT_O_AVU_0056, fls. 264-265. Este documento informa aos órgãos da ditadura que Miguel Fernández Long, sua companheira S. F. e a filha brasileira M. F. L. deixaram o Brasil em 19 de março de 1978 após conseguirem exílio na Suécia. Julguei inusitada a escolha da Suécia como local de exílio, porém, como constatei mais tarde, foram dezenas de milhares os latino-americanos que receberam acolhida no país escandinavo durante a década de 1970.

política latinoamericana, como poderemos observar e discutir na próxima seção, deixando em suspenso, por ora, a voz do militante.

A Polifonia do Refúgio e do Exílio

Uma das questões fundamentais que permeou o debate dos órgãos de informação e segurança da ditadura militar brasileira (1964-1985) a partir de meados dos anos 1970 foi o problema dos refugiados latino-americanos que começaram a debandar em massa de seus países passando a ingressar no Brasil como foi observado, majoritariamente, em situação ilegal ou clandestina. O tema é objeto de situações contrastantes. Primeiro, o refúgio é escassamente tratado na historiografia brasileira sobre o período, e mesmo apresentando distinções, é facilmente intercambiável com o conceito de asilo. De fato, ambos os processos de mobilidade tomam parte de uma história de perseguições e proscrições políticas no âmbito continental que foram sucessivamente alvo de normatizações em Tratados e Convenções regionais, mas que ainda não encontraram correspondência devida em termos de análise histórica.

Depois, é significativa a literatura relacionada às memórias pessoais exilares ou sobre o “estar fora do lugar”, destacando-se nessa tipologia tanto autores consagrados na prosa e poesia latino-americanas que refletiram densamente sobre a condição do proscrito forçado ou voluntário ¹⁰; quanto narrativas que alcançaram

10 Somente como exemplos, ver: BENEDETTI, Mario. *Andamios*. Buenos Aires: Seix Barral: 1997. CORTÁZAR, Julio. *Argentina: Años de alumbadas culturales*. Barcelona: Muchnik Editores, 1984. É bem verdade que as motivações de Julio Cortázar para abandonar a Argentina não estão relacionadas à última ditadura militar, e, sim, ao peronismo. Em 1951, Cortázar alegou como justificativa para seu exílio a alienação que o peronismo havia gerado entre os jovens intelectuais cosmopolitas. No entanto: “En París, su primera reticencia al peronismo se modificó y redescubrió los movimientos populares en América Latina desde la óptica del París cosmopolita. No obstante, su creciente compromiso con el socialismo evitó su vuelta a Argentina cuando la represión institucionalizada descendió cada vez más sobre figuras políticas e intelectuales de su país de origen”. Cf. SNAJDER, Mario & RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 145

expressivos êxitos editoriais e coincidiram, mais ou menos, com o retorno de indivíduos aos seus países de origem. Estas últimas apresentam como estrutura chave, frequentemente, a apresentação de descrições detalhadas dos lugares por onde seus autores/personagens passaram ou estiveram confinados até chegarem ao exílio¹¹. Também relatam, alternando ficção e realidade, as aflições e dificuldades vivenciadas em terras estrangeiras¹². E, não raras vezes, com tons irônicos e anedóticos, são narradas as aventuras tropicais do exílio, o rechaço e o isolamento sofrido entre os grupos de exilados devido a tomada de posições ideológicas que contrariavam os dogmas desta ou daquela organização¹³.

Do ponto de vista de quem procurou viver seu exílio a partir de um suporte existencial como a literatura, é importante lembrar que Edward Said operou agudas reflexões sobre a desumanidade de tal condição, e exaltou o esforço de os exilados conferirem dignidade onde ela não está presente:

Na escala do século XX, o exílio não é compreensível do ponto de vista estético, nem do ponto de vista humanista: na melhor das hipóteses, a literatura sobre o exílio objetiva uma angústia e uma condição que a maioria das pessoas raramente experimenta em primeira mão; mas pensar que o exílio é benéfico para essa literatura é banalizar suas mutilações, as perdas que inflige aos que as sofrem, a mudez com que responde a qualquer tentativa de compreendê-lo como “bom para nós”¹⁴.

11 Ver: GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* São Paulo: Abril, 1984. SARKIS, Alfredo. *Roleta chilena*. Rio de Janeiro: Record, 1981. TAMBURRINI, Claudio M. *Pase libre: la fuga de la Mansión Seré*. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2002.

12 COSTA, Flávio Moreira da. *As armas e os barões*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1974.

13 Refiro-me, neste caso, a: ARBELOS, Carlos. *El exilio de un muchacho peronista*. Buenos Aires: Ediciones Fabro, 2011.

14 SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Trad. Pedro Maria Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 47.

Said reivindica que pensar o exílio desde uma perspectiva de punição política subordina-se a mapear territórios de experiência situados para além da cartografia literária. Em síntese, é preciso pensar na mobilidade forçada de grandes massas populacionais, camponeses, homens e mulheres desconhecidos; é preciso pensar na miséria de pessoas “sem documentos”; os perseguidos e esquecidos que jamais imaginaram uma “Paris” apenas como um cosmopolita e dourado lugar de recepção de exilados, mas como um lugar em que homens e mulheres desconhecidos passaram anos de solidão miserável¹⁵.

Tais observações não nos servem somente como guias de pesquisa para mapeamento de casos. Elas também confirmam a centralidade que a história das proscritões e perseguições políticas adquiriram em nosso continente em perspectiva de longa duração, e de como as linhas de investigação sobre o problema são múltiplas, estando plenamente abertas para perguntas e compreensões a partir de eixos como a memória social e a memória das instituições, a história oral ou as escritas biográficas.

Por sua vez, o desterro político, a expatriação forçada ou voluntária, de acordo com Mario Sznajder e Luis Roniger, foram desenvolvidos como fenômenos de elite durante o século XIX latino-americano, quando a participação política era limitada praticamente em todos os países da região. Somente quando as mobilizações e a participação mais inclusiva enfrentaram o surgimento de regimes autoritários, é que a proscritão por motivos políticos transformou-se numa tendência de massa. Por paradoxo, essa maior participação política e o grau de complexidade atingido por algumas sociedades latino-americanas acarretaram um custo político e humano significativo, na medida em que processos autoritários que romperam com situações mais ampliadas de inclusão política, implicaram, de forma real, numa exclusão política igualmente mais ampliada.

Termos como proscritão, ostracismo, desterro, refúgio, diáspora e exílio, embora não tenham o mesmo significado nas representações literárias e no léxico jurídico; ou sejam enunciados muitas vezes a partir da designação identitária que os próprios

15 SAID, *idem*, p. 49.

sujeitos atingidos atribuem à sua condição e em seu contexto histórico, em algum momento evocam relações de simetria porque ensejam a experiência da perseguição, do abandono e expatriação. É de Silvina Jensen a proposição de revisar a polifonia contida na experiência exilar que atravessa a história nacional argentina desde o século XIX, chegando nos significados que apontaram para a assombrosa diáspora provocada pela ditadura militar na década de 1970 ¹⁶. No caso de “inimigos públicos” dos regimes, as designações para a expatriação acabaram por assumir sucessivas ressignificações no âmbito do vocabulário político definindo um sistema de referências identitárias negativas: ostracismo, proscrito, desterrado, apátrida, refugiado, perseguido. Em linha de argumentação semelhante, Sznajder e Roniger estudam o exílio como um mecanismo regulador para os sistemas políticos incapazes de criar modelos de participação plurais e inclusivos:

y pese que el destierro se desarrolló como un fenómeno de élite durante el siglo XIX cuando la participación política era restringida, se volvió una tendencia masiva durante el siglo XX, cuando las nuevas movilizaciones y una participación más inclusiva desembocaron nuevamente en regímenes autoritarios ¹⁷.

Na alusão ao século XIX, um dos responsáveis por atribuir status político à condição do exílio foi o líder liberal Domingo Faustino Sarmiento, perseguido e desterrado pelo governo de Juan Manuel de Rosas (1793-1877). Nas páginas iniciais do seu clássico texto *Facundo*, Sarmiento advertia sobre as condições que o fizeram abandonar a Argentina: “Em fins de 1840, saía eu de minha pátria, lastimavelmente desterrado, estropiado, cheio de hematomas, pontapés e golpes recebidos no dia anterior, numa dessas bacanais

16 JENSEN, Silvina. Representaciones del exilio y de los exiliados en la historia argentina. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y del Caribe*, vol. 20, n. 1, p. 19-40, 2009.

17 SNAJDER, Mario & RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 19.

sangrentas de soldadesca e mazorqueiros”¹⁸. Evoluímos então, até chegarmos na quintessência nomeadora e estigmatizante dos militantes políticos proscritos, exilados, assassinados e desaparecidos durante as ditaduras mais recentes: o subversivo. O vínculo da diáspora de meados da década de 1970 na sua relação com os desterrados políticos do século XIX é que a fuga em massa dos anos 1970 não pode ser entendida senão:

(...) en esta tradición de expulsiones del territorio tradicional producidas bajo gobiernos autoritarios, dictatoriales y militares que clausuraron la esfera de acción política, pero también bajo regímenes con ciudadanías restringidas y ampliadas que no eliminaron mecanismos legales como la relegación, la deportación o ejercieron la persecución y propiciaron la huida¹⁹.

A historiografia latino-americana começou a indagar mais enfaticamente sobre a condição do proscrito político, e a erigi-lo como objeto de conhecimento há pouco tempo. Temas como as guerrilhas, as atitudes dos partidos de esquerda e os movimentos de resistência angariavam mais prestígio e amplitude na agenda dos pesquisadores. No entanto, a percepção e a inquietação de historiadores sobre o fenômeno da diáspora política latino-americana foram despertadas, sobretudo, quando tonou-se possível circunscrever e organizar um *corpus* documental mais compatível com a magnitude do fenômeno, em muito impulsionado, quando alguns Estados latino-americanos passaram recentemente a investir na implementação de políticas de memórias²⁰.

18 SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo, ou civilização e barbárie*. Trad. Sérgio Alcides. São Paulo: Cosac Naify, 2010, p. 46.

19 JENSEN, Silvina. *Los exiliados*. La lucha por derechos humanos durante la dictadura. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2010, p. 18.

20 Sobre as políticas de memórias em perspectiva comparada e desencadeadas em países como Argentina, Chile e Uruguai, ver: LORENZ, Federico; WINN, Peter; MARCHESI, Aldo; STERN, Steve J. *No hay mañana sin ayer*: Batallas por la memoria histórica en el cono sur. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2015.

Jensen e Yanlevich²¹, chamaram a atenção para a “visibilidade social do exílio”, encoberta primeiramente ou condicionada a certas situações que prevaleceram em termos de impacto político no período pós-ditatorial de alguns países. A centralidade da justiça de transição e o debate público desenvolvido em torno às responsabilidades jurídicas do terrorismo de Estado justificavam plenamente, o não ingresso das proscricções políticas na pauta dos historiadores. Outro fator a ser considerado na emergência dos estudos sobre a proscricção política deveu-se a uma copiosa literatura relacionada às memórias pessoais e sobre o “estar fora de lugar” que monopolizou, em certos casos e inicialmente, a apreensão sobre os conteúdos mais amplos do fenômeno do exílio. Em outros casos, gerou uma impressão negativa para aqueles que foram alvo direto da violência política em suas sociedades, sem condições de saírem do país por não deterem os capitais sociais correspondentes a essa empreitada²². Sobretudo, esta seletividade social do exílio ainda carece de problematizações, porque ela agregou uma série de elementos que teriam favorecido a saída mais rápida e menos insegura do país. Possuir contatos pessoais, políticos ou profissionais reservou aos setores médios uma “vantagem” relativa na possibilidade de custear viagens, conseguir documentos falsos e, mesmo, estabelecer previamente contatos que pudessem facilitar o fluxo exilar²³.

Um ponto de vista sensível é que o dilema geral do retorno de refugiados e exilados, e seu aparecimento em um duplo campo: tanto na literatura descritiva quanto analítica; e na visibilidade que o seu relato pode alcançar na esfera dos direitos humanos são propostos pela figura do (des)exílio, tomada a partir da concepção que o intelectual uruguaio Mario Benedetti lhe atribuiu. Em que medida

21 YANKELEVICH, Pablo; JENSEN, Silvina. (Comps.). *Exilios: destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007.

22 Cf. PISARELLO, María Virginia. Los presos políticos de la última dictadura y la opción del exilio. El caso de la cárcel de Coronda. In: JENSEN, Silvina; LASTRA, Soledad. (Eds.). *Exilios: Militancia y represión. Nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata: EDULP, 2014, p. 283-307.

23 YANKELEVICH, Pablo. Estudiar o exílio. In: QUADRAT, Samantha V. (Org.). *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 11-30.

seria permitido ao proscrito político, gradativamente, tornar-se objeto de atenção de sua sociedade de origem, e mais, como essa sociedade colocar-se-ia na condição de uma escuta que mais tarde pudesse ser normatizada pela historiografia e pela história oral? Benedetti, ele mesmo um exilado arquetípico, em artigo publicado em 18 de abril de 1983 no jornal espanhol *El País*²⁴, e reproduzido em vários órgãos da imprensa latino-americana chamava a atenção para o desencadeamento de uma série de atitudes e sentimentos contraditórios gerados pelo fenômeno do regresso de refugiados e exilados. O (des)exílio, para Benedetti, era um problema quase tão árduo como em seu momento foi o exílio, porque competia a cada exilado a decisão de regressar à terra ou permanecer no país de refúgio. Compreensão era a palavra-chave, desde que o intelectual uruguaio entendia que os “de fora” deviam compreender que os “de dentro” poucas vezes puderam levantar sua voz diante das opressões. E para aqueles que sofreram as perseguições desde dentro do país “deberán entender que los exiliados muchas veces se han visto impulsados a usar otro tono, otra terminología, como un medio de que la denuncia fuera escuchada y admitida...Todos estuvimos amputados: ellos, de la libertad, nosotros, del contexto.” E, afinal, qual papel político assumir nesse retorno? Como compreender um país distinto daquele que foi abandonado? Quais ideais a reconstruir e por quem lutar?

Historiografia & Indivíduo

No depoimento a mim concedido por Fernández Long, e por uma declaração testemunhal prestada ao Poder Judicial de la Nación na cidade de San Martín em 2015, foi possível recompor minimamente a fórmula esboçada por Benedetti ao referir que o

24 BENEDETTI, Mario. El desexilio. *El País*, 18 de abril de 1983. Disponível: http://www.elpais.com/diario/1983/04/18/opinion/419464807_850215.html Acesso em 14 de agosto de 2015.

(des)exílio realiza-se como uma experiência inquietante, portadora do esforço pela re aquisição de uma cultura de memória. É também, um lugar – impreciso – onde aparecem os fragmentos que permitiram esboçar problemas de pesquisa à luz de variáveis pensadas por Alessandro Portelli.

O autor italiano, em artigos que exploram, como afirma, o modo como a relação entre história e memória toma forma na narração oral, sugere a partir do trabalho de campo, que alguns narradores empenham-se em articular um discurso dual ao combinarem uma “modalidade comunitária”, tracejada por referentes espaciais relativos a um local: trabalho, paróquia, sindicato, partido, etc., que repercutem em seu entorno imediato; e uma “modalidade pessoal”, não dissociada da outra, embora apropriando nesta última referentes sociais e espaciais “concernentes à vida privada, à família, à casa” ²⁵. Em que medida é possível perceber tal dualidade na narrativa de Fernández Long?

Com extenso currículo de militante, Fernández Long lembra um pouco o pastor batista norte-americano entrevistado por Alessandro Portelli: “um discurso já experimentado” ²⁶, e um domínio sobre a história política recente argentina que parece não somente pré-legitimado pela retórica historiográfica, mas que percorre lugares comuns acerca do entendimento construído sobre a violência política entre os anos de 1960 e 1970. Malgrado esse ponto de vista recortado pela narrativa tradicional, o “discurso experimentado” auxilia na compreensão sobre a precocidade pela qual, entre esses anos, os jovens argentinos de classe média engajavam-se numa espécie de simbiose de militância social e política:

Nací en una clínica de la entonces capital federal, pero fui inmediatamente trasladado a mí casa de becar partido de San Isidro. Tuve educación primaria y secundaria en colegios privados de clase media: San Isidro Labrador, laico; Santa Isabel, de la orden de los salesianos; Nuestra

25 PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral*. Trad. Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 22.

26 PORTELLI, idem, p. 21.

Señora de Fátima; religioso pero administrado por laicos. (...) En la Argentina de años 50, 60 y 70 no se “entraba” en política, la política nos atravesaba desde temprano. Se vivían tiempos signados por la experiencia democratizante del peronismo, no solo en cuanto al respeto a los mecanismos de la democracia representativa republicana, sino que democratizante en el sentido de la tradición moderna revolucionaria o asambleísta ²⁷.

Fernández Long também identifica uma série de transformações associadas a um fenômeno popular que começa a ser visível em meados dos anos 1940, e contribui para o argumento de que a política atravessava a vida dos jovens argentinos, cujo ápice acontece na década de 1970. É a referência sempre obrigatória ao peronismo e ao “evismo”, como expressões e mitos políticos contagiantes da cultura política desde então, e que parecem recobrar continuamente a consciência dos argentinos. Ou, como assinalou José Pablo Feinmann, o peronismo institui-se como filosofia política mais persistente da história argentina ²⁸. Isso é corroborado na fala de Fernández Long:

... la unidad de las organizaciones gremiales en una central única, mas, las políticas educativas que concretaban el ideal de primaria obligatoria y gratuita, la gratuidad de la escuela secundaria y la creación de una universidad del trabajo, generaban un ingreso masivo de sujetos pertenecientes a sectores sociales que en el contexto latinoamericano no suelen participar a la expresión política reconocida en el sistema político. Y a esa democratización se le sumó la cuestión de género,

27 FERNÁNDEZ LONG, Miguel. *Entrevista*. Depoimento concedido a Marcos Gonçalves, abril/maio de 2015. Daqui em diante citarei as inserções de Fernández Long através da expressão “Entrevista”.

28 FEINMANN, José Pablo. *Peronismo: Filosofía política de una persistencia argentina*. Tomo I. Buenos Aires: Planeta, 2012.

representada por, pero no limitada a, el voto femenino y la figura emergente de Eva Perón ²⁹.

Ainda muito jovem e bem antes de ingressar em Montoneros, crescendo numa família em que o pai era católico e “profundamente antiperonista y humanista”, Fernández Long conviveu com uma dupla e paradoxal vizinhança: de um lado vivia o brigadeiro Jorge Rojas Silveyra, notório conspirador antiperonista, e ativo participante no golpe que depôs Arturo Frondizi em 1962 ³⁰. Em outra esquina “vivía Héctor Oesterheld, un geólogo de ideas anarquistas, y el mayor guionista de historietas de la Argentina, creador del *El Eternauta*, un símbolo en la Argentina del héroe colectivo” ³¹. Esta referência ao paradoxo e, sobretudo, a Oesterheld não é gratuita nem fugaz. Ela adquire especial significado para a articulação entre as modalidades “comunitária e pessoal” no âmbito da experiência de Fernández Long. Oesterheld foi sequestrado e permanece, como milhares de outros argentinos, desaparecido, igual a três de suas quatro filhas. A outra filha, Beatriz, foi sequestrada e assassinada pelo Grupo de Tarefas 2, atuante no CCD (Centro Clandestino de Detenção) de Campo de Mayo: “con el correr del tiempo, sería mí amiga, después mí novia y mí compañera”. ³² Vínculos católicos – embora matize a formação com a palavra “leigo” –, classe média, e “atravessado pela política” tal como grande parte da juventude argentina de então, é Miguel Fernández Long o arquétipo de militante imaginado pela historiografia?

A banalização sobre a história dos Montoneros, e a sua respectiva inserção como ator histórico que irá justificar a “teoria dos dois demônios” tiveram na abordagem jornalística de Pablo Giussani na década de 1980, provavelmente, seu maior impulsor ³³. Giussani,

29 FERNÁNDEZ LONG, Entrevista.

30 POTASH, Robert. *El ejército y la política en la Argentina, 1945-1962*. De Perón a Frondizi. Buenos Aires: Sudamericana, 1980, p. 111-113. FERNÁNDEZ LONG, Entrevista.

31 FERNÁNDEZ LONG, Entrevista.

32 FERNÁNDEZ LONG, Miguel. “Apunte sobre la militancia de Beatriz Oesterheld”, s/d.

33 GIUSSANI, Pablo. *Montoneros: la soberbia armada*. Buenos Aires: Tiempo de Ideas, 1992.

a partir da construção de refinadas e criativas metáforas filosóficas, tendeu a considerar a violência perpetrada pela ditadura militar argentina como resposta estratégica (mesmo que geometricamente desproporcional) ao fanatismo dos Montoneros. Estes, projetavam a violência como autorrealização, autoglorificação, ou encobriam seus vícios de origem – a ritualização, a prisão em formas “wagnerianas” de auto identificação, o paternalismo e a instrumentalização – na ideia de um bem substantivo³⁴. Por sua vez, a historiadora Julieta Pacheco argumentou em trabalhos recentes que há uma confusão entre a origem política dos militantes montoneros – classe média, proveniência do nacionalismo católico radicalizado pelos eventos pós Concílio Vaticano II e pela interferência de religiosos nucleados na organização Sacerdotes para o Terceiro Mundo³⁵ – e os antecedentes programáticos da organização, optando por uma separação de campos. A expressão de um programa partidário, segundo a autora, acontece dissociada de possíveis fenômenos religiosos que atuam supostamente como fatores irracionais e/ou emotivos, e que seriam levados para dentro da organização pelos militantes oriundos do catolicismo³⁶. Este fator acentuado por Pacheco é uma crítica evidente ao trabalho pioneiro de Richard Gillespie, ainda realizado no marco do *Proceso*.

Nesse âmbito, a questão mais atual e frequentemente problematizada por estudiosos como Julieta Pacheco em suas investigações da história política sobre Montoneros incide num duplo movimento: 1) reavaliar os modos de interpretação que a historiografia sobre Montoneros e as memórias de ex-militantes (diga-se, lideranças) sedimentaram a *práxis* da organização, e a partir daí; 2) indagar sobre o caráter político da organização: se revolucionário ou reformista. Essa tensão entre reforma e revolução,

34 GIUSSANI, Idem, p. 43 e ss.

35 Seria operativo pensar na configuração sóciopolítica construída por Gillespie: “Al dar conjuntamente al catolicismo radical, al nacionalismo y al peronismo una expresión populista de socialismo, los Montoneros fueron capaces de aglutinar una riqueza de legitimidad histórica en algo que atrajo a los civiles de diversas denominaciones políticas: católicos militantes, nacionalistas populares, nacionalistas autoritarios pero populistas, militantes de la izquierda tradicional y peronistas combativos”. Cf. GILLESPIE, cit., 1987, p. 99.

36 PACHECO, Julieta. Una aproximación a los antecedentes programáticos de la organización político-militar Montoneros. *Revista SAAP*, vol. 8, n. 1, p. 237-257, mayo 2014.

segundo Pacheco, é um dado não resolvido na historiografia precedente, e, portanto, a autora reivindica a verticalização sobre o que, de fato, expressaria a plataforma política da organização para a determinação dos aspectos oscilantes ou descontínuos na relação entre reforma e revolução. O dado trazido por Pacheco, se bem que relevante, não neutralizaria a dialética presente no imaginário dos militantes quanto à pluralidade de fontes que agem sobre os modos de categorizar o mundo do discurso político, e as heranças que irão levar como patrimônio político a ser incorporado na *práxis* do movimento?

Quatro décadas passadas, Fernández Long reconstrói o labirinto de tendências poliédricas no qual constitui-se a experiência intelectual do militante:

(...) quizás a los 14 [anos] leí Los Caudillos del historiador radical Felix Luna, y me identifiqué con los caudillos montoneros, pariticipando en acaloradas discusiones con mis discípulos y profesores, después leí El diario de Che en Bolívia; El estado y la revolución; Católicos postconciliares en la Argentina; La introducción a la Crítica de la Economía Política; El origen de la familia, la propiedad y el estado; El miedo a la libertad; Escucha Blanco; y Los condenados de la tierra. La política nacional, las cuestiones sociales e históricas estuvieron siempre en mi vida, cuando tenía 8 a 10 años. Y para el año 70 participaba en todo lo que podía: una revista estudiantil de circulación clandestina de zona norte, acompañando cualquier tipo de actividad política de denuncia. Como en una ocasión que ante la ausencia de mis padres, mi hermano refugió durante unos días en casa, a unos brasileños refugiados del AI-5³⁷.

Assim, a militância pensada somente no âmbito da organização política e de seus conteúdos programáticos, ou quando confrontada com a seletividade da memória individual, subsumiria outras vias possíveis que levam ao engajamento. A referência

37 FERNÁNDEZ LONG, Entrevista.

obrigatória ao binômio reforma/revolução não seria, de fato, central nas escolhas dos militantes, estando mais associada a uma percepção sobre a necessidade de transformações gerais pelas quais uma sociedade deve passar. Assim, no ano de 1971:

En la Villa La Sauce construimos una unidad básica de la juventud peronista sin ningún vínculo orgánico, solo bajo la conducción general de Perón y reivindicando el accionar de las entonces formaciones especiales FAR, FAP y Montoneros y por eso denominamos a la U. B. Cn el nombre de Capuano Martínez, un militante combatiente de la primer organización montoneros ³⁸.

Esta época é quando finalmente a convicção de Fernández Long o levou a ingressar na organização, e o primeiro contato foi com a militância nas vilas comunitárias próximas à sua casa, como integrante da juventude peronista. Em 1973, no contexto “camporista”, precedente imediato ao retorno de Perón do exílio, o aprofundamento de sua formação é traduzido pelas práticas que irá exercer em diversas unidades da organização Montoneros. A passagem obrigatória pelas UB (Unidades Básicas), distribuídas em UB revolucionária, UB de aspirantes e UB de combatentes foi um esquema vigente no início de sua militância montonera, até que se chegasse ao esquema clássico de partido de revolução e exército que se consubstancia na luta armada, o ponto de partida para o acelerado colapso do movimento ainda no primeiro ano de vigência da ditadura. Aqui, se retomarmos ao problema da narrativa de autores como Giussani, seu equívoco é interpretar a trajetória da organização de modo mais dogmático que a própria organização, como se o um fosse todos; ou como se a organização produzisse o ar que o militante respirava.

Por que? As várias funções exercidas, assim como, o manancial de sentimentos sobre a necessidade de intensificar a luta

38 FERNÁNDEZ LONG, Entrevista.

armada, já no contexto do *Proceso*, e, ao mesmo tempo, deparar-se cada vez mais com a queda dos companheiros, com o desgaste causado pela clandestinidade, com a burocratização demasiada da organização e o elitismo de seus líderes, levaram Fernández Long a decisões que desconstroem um sistema de crenças que considera o militante mergulhado na disciplina militarizada, no fanatismo messiânico e revolucionário, ou na obediência cega. Ou seja, as prescrições normativo-morais, tanto provenientes da historiografia e das memórias oficiais e “autorizadas”, como salienta Esteban Campos³⁹, são insuficientes para explicar tanto a permanência do militante à organização, como para compreender as descontinuidades, as idas e vindas políticas que caracterizam uma trajetória. É nesse aspecto que o refúgio de Fernández Long no Brasil auxilia em pensar seus contínuos reinícios e suas renúncias.

Ademais, devemos levar em conta um outro condicionante apontado por Pilar Calveiro que talvez tenha agido sobre a lógica de vários militantes ao optaram por outra via – a fuga e a desistência, ao menos temporárias – em lugar da continuidade de uma desastrosa luta armada. A autora, em sua perturbante narrativa sobre os campos de concentração em funcionamento na ditadura argentina, argumentou que a dinâmica interna da guerrilha a conduziu a um isolamento crescente em relação à sociedade. A falta de inserção social, a militarização da atividade política e o predomínio de uma lógica revolucionária oposta a qualquer sentido de realidade, eram premissas inquestionáveis da certeza absoluta do triunfo⁴⁰.

Neste sentido, Fernández Long relata sobre:

...las multiples disidencias que hubo en la organización hasta el año 76. Desde el año 75 en lo personal las cosas habían cambiado mucho, el creciente disciplinamiento interno y la exposición de la militancia de base a la represión de las AAA⁴¹ (que ya sabíamos que era el

39 CAMPOS, Esteban. Memorias, ensayos y polémicas. El balance de la experiencia montonera en los años 80. *Topoi*, v. 14, n. 26, p. 6-17, jan/jun 2013.

40 CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento*: os campos de concentração na Argentina. Trad. Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p. 33.

41 AAA, sigla da Alianza Anticomunista Argentina.

Estado) hacía que uno cuestionara mucho y fuerte a la conducción. Así llegamos al 76 donde toda la columna era muy crítica a la CN y pedía la realización de un congreso que nunca se hizo⁴².

A decisão de continuar com as ações armadas e aceitar a guerra com as Forças Armadas argentinas esteve combinada à intensificação desigual da repressão estatal, e antes do primeiro ano completado de ditadura militar, as organizações guerrilheiras estavam se não destroçadas; desarticuladas no sentido de uma orientação voltada para a resistência que, ao menos, visasse poupar as vidas de seus integrantes. Portanto, nem reforma, nem revolução, mas uma tensão que percorreu a atitude da militância diante de formas inéditas de repressão para as quais estavam despreparadas e onde era impossível refletir sobre caminhos ou que apontassem para o tema da reforma; ou que sinalizassem para o tema da revolução.

Em 1977, com sua deserção da luta armada, Fernández Long resolve refugiar-se no Brasil, empregando o país como porta de acesso ao exílio europeu. No entanto, o período que antecedeu à fuga da Argentina era marcado evidentemente pelo pânico e a insegurança:

Los últimos tiempos yo ya no dormía casi, [y] pasaba la noche esperando que llegaran, velando el sueño de mi compañera que llevaba un embarazo de 6 meses. A los pies de la cama, sentado con una “lupara” del ’12 y una .45, espionando por la persiana americana apenas levantada que me permitía ver la calle. (...) Llegamos a Rio de Janeiro y en un departamento de la calle Barata Ribeiro en Copacabana. Hacia fines del 77 vivíamos en San Pablo [y] yo trabajaba en la “Livraria Zapata”... el gerente de la librería era Helio Muniz, y os dueños eran dos, Luiz Clauset era uno y el otro no recuerdo y Luiz había participado de movimientos armados. Teníamos una casa en Tatuapé que también vía la solidaridad brasileña habíamos podido alquilar estando tan mal de

42 FERNÁNDEZ LONG, Entrevista.

papeles. Unos tíos míos que vivían en Campinas desde mucho antes me salieron de garantes⁴³

O período brasileiro também foi permeado de riscos, nos quais Fernández Long tinha plena certeza de estar sendo vigiado por agentes da Operação Condor: “Yo estaba clandestino en Brasil, pensando que tenía mí hija y su madre una protección [y] sabía que a mí sí me enganchaban me llevaban, todavía no sabía que el nombre de la operación era Condor”⁴⁴. Em 1979, já no exílio, e junto a outros companheiros, produziu o documento “Reflexiones para la construcción de una alternativa peronista montonera auténtica”, que além de marcar a saída definitiva da organização oficial, depois de seis anos de militância, irá propor uma irreal volta à luta armada desde um processo que reorganizasse os Montoneros a partir do exílio.

Talvez caiba uma indagação derradeira: por que a Suécia como exílio? Fernández Long é lacônico sobre o exílio sueco, no entanto, ressalta a figura de Guy Noel Prim, delegado do ACNUR que zelava pelos interesses dos refugiados latino-americanos junto à ditadura brasileira. Encarregado de enviar documentação e processos à Genebra, sede do ACNUR, para que às pessoas ingressas no Brasil pudesse ser concedido o status de “refugiado”, é provável que Noel Prim agisse por conta própria a depender da urgência de casos:

Viajamos com mi hija y S. hasta Rio donde tenía sus oficinas el ACNUR y atendía Guy Prim pero cuando llegamos él se había retirado y yo insistí y me quedé com mi familia ahí hasta que él volvió, escucho mi historia y me dijo que esa noche era su protegido personal y que lo pasara en el hotel Novo Mundo, que él viajaba a la mañana a Buenos Aires y volvía por la tarde [y] que se todo era así recibiríamos el estatus en el momento, que

43 FERNÁNDEZ LONG, Entrevista. O termo “lupara” refere-se a uma arma de fogo normalmente empregada para caça.

44 FERNÁNDEZ LONG, Entrevista.

no lo era usual. Llegamos a Suecia y fuimos recibidos en un campamento de refugiados en Alvesta donde después de un periodo de adaptación y de estudio del idioma y del sistema institucional sueco uno se trasladaba a alguna ciudad con el acompañamiento del ministerio del trabajo y la oficina social⁴⁵.

A intervenção de dois companheiros de militância, Abel Madariaga e Arnaldo Lizaso, e a gestão de Guy Noel Prim junto ao Ministério de Relações Exteriores da Suécia favoreceram a Fernández Long para que este país o acolhesse como exilado. Segundo dados da Sociala Missionen-Diakonia, entre 1975 a 1980 ingressaram na Suécia na condição de exilados 17.401 latino-americanos. Desse total, 2.851 eram argentinos⁴⁶.

Autores como Elda González Martínez e Brenda Canelo afirmaram que a Suécia possuía uma ampla estrutura para recepção de exilados latino-americanos, além de uma política de integração projetada pela socialdemocracia sueca que vinha desde a década de 1960. Tal política tinha especial atenção na ocupação laboral dos exilados, e na manutenção dos seus referentes culturais, porém, buscando uma articulação com os referentes locais, como idioma e hábitos.⁴⁷ Uma política exterior pautada pelo humanitarismo acrescida ainda das seguranças legais e econômicas proporcionadas por um consolidado estado de bem estar social, representava que o país escandinavo acabou transformando-se em uma alternativa possível, “especialmente para quienes carecían de recursos económicos, perspectivas profesionales o contactos personales que pudieran facilitar la inserción en otro país”⁴⁸.

45 FERNÁNDEZ LONG, Entrevista.

46 Sociala-Missionen Diakonia. *La problematica del retorno de los Refugiados Latinoamericanos*. Argentina-Chile-Uruguay, Proposiciones para una política. Estocolmo: Sociala-Missionen Diakonia, 1987, p. 10. O maior contingente dentro desse período foi de chilenos: 9.919.

47 MARTÍNEZ, Elda González. Buscar un refugio para recomponer la vida: el exilio argentino de los años '70. *DEP – Deportate, esuli, profughe – Rivista telematica di studi sulla memoria femminile*, n. 11, p. 1-15, 2009.

48 CANELO, Brenda. Cuando el exilio fue confinamiento. Argentinos en Suecia (1974-1983). Disponível: <http://www.campus.filo.uba.ar/mode/resource/view.php?id=29778> Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

Conclusões – Memória presente e Reparação

Foram comuns as tratativas dos exilados políticos argentinos com as organizações de direitos humanos internacionais, e, sobretudo, com as várias organizações de familiares de detidos/desaparecidos que proliferaram na Europa. Desqualificados tanto pela ditadura militar quanto por órgãos da imprensa argentina comprometidos desde o início com o projeto das juntas militares, os exilados eram vistos como antiargentinos, traidores, e subversivos agindo desde o exterior. Mesmo aqueles não vinculados formalmente com as organizações de direitos humanos, empenharam-se na denúncia da repressão e das graves violações. Fernández Long participou de vários debates e conferências cujo principal tema era o apoio às demandas pelo paradeiro dos detidos/desaparecidos, porém, apenas colaborou sem estar ligado oficialmente a nenhuma delas.

Houve intensa pressão para que a ditadura militar respondesse aos questionamentos da CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) e Comitês espalhados pela Europa repercutiam as demandas de exilados pelas ditaduras latino-americanas, presos sem processo, e familiares de desaparecidos, tais como: Comité de Defensa de Presos Políticos de Chile (CDPPCH), CADHU (Comisión Argentina de Derechos Humanos), Comité Francia-Brasil, Cristianos Latinoamericanos.

No retorno do exílio, Fernández Long gradativamente retomará suas lutas por justiça e reparação. Depois de 2005, quando a Corte Suprema da Nação Argentina votou pela imprescritibilidade dos crimes cometidos por agentes civis e militares da ditadura, e, concomitantemente, derogou as leis de anistia do período de Raúl Alfonsín, e os indultos do período de Carlos Menem, Fernández Long irá reconstruir sua experiência em outra esfera: como querelante nos processos de ajuizamento dos criminosos da ditadura. Em 13 de abril de 2015, estava diante do Poder Judicial de La Nación na cidade de San Martín, prestando declaração testemunhal no Processo do CCD – Centro Clandestino de Detención de Campo de Mayo. Foi neste local de confinamento e extermínio que sua companheira à época, Beatriz Oesterheld, depois de sequestrada em 19 de junho de 1976, permaneceu presa e dias depois, nos arredores do Arsenal Esteban de

Luca, foi abatida por seus algozes, em simulação de um enfrentamento armado. Em “Apunte sobre la militancia de Beatriz Oesterheld”, Fernández Long rememora os compromissos de Beatriz com a ética:

Beatriz tenía 16 años en 1971, había ya leído clásicos de la literatura y reconocía los puntos de vista filosóficos tradicionales. El espacio de la casa de Héctor lo estimulaba. Hablaba con entusiasmo de Madame Curie y Simone de Beauvoir, ya le interesaba el pensamiento teórico de Guevara y discutía desde posiciones muy claras en cuanto ética y valores, Desde un tiempo atrás concretaba estas ideas con la práctica solidaria en un hogar de monjas, pese a sus posiciones más bien agnósticas, y en coincidencia con sus ideas sobre la relación Teoría-Práctica. Una fuerte vocación por la medicina y el sanitarismo la acercaba al primer Guevara y sus preocupaciones⁴⁹.

A passagem do tempo repercute na diversidade da transmissão de informações memorizadas. De guerrilheiro montonero a proscrito político, Fernández Long reinicia em seu (des) exílio a luta por reparação e não esquecimento junto à justiça do seu país. Trechos de sua declaração testemunhal em San Martín parecem assentar-se no exemplo de transmissão cultural, tal como esta noção foi proposta por Joel Candau, porque tendem a revelar um mergulho no passado que espera ser apreendido pela sua totalidade e não mais pelo viés da “organização”:

Yo me exilé el 23 de marzo de 1977, y a mi vuelta en diciembre de 1983 cuando volví fui a los archivos y vi esa foto [do corpo de Beatriz e outros companheiros], posteriormente, yo llamo a mi casa, me atiende un

49 FERNÁNDEZ LONG, Miguel. Apunte sobre la militancia de Beatriz Oesterheld, s/d.

familiar mio y me dice que Elsa había encontrada el cuerpo de Beatriz, simultáneamente yo tenía información que circulaba internamente en la organización, nosotros cada vez que caía un compañero hacíamos una investigación. (...) Me olvidé algo de antes, el cuerpo de Beatriz fue llevado al cementerio de San Fernando, y una señora que hacía trabajos domésticos en la casa de mis padres hace mucho tiempo, le avisa a mi madre que no concurramos al cementerio porque había gente esperando, simulando ser empleados del cementerio esperando a ver si aparecíamos⁵⁰

Desde seu primeiro depoimento a mim concedido, até à denúncia que faz à justiça, Fernández Long opera pela transmissão cultural. Esta realiza-se sob várias modalidades que o depoente não consegue, em seu todo, controlar. Como assinala Candau, a transmissão cultural, enquanto informação memorizada é evidenciada tanto pelo formal e informal, pelo modo oral e escrito, consciente ou não, ocasional ou sistemático, horizontal - entre membros de uma mesma geração – ou ainda oblíqua – entre membros não aparentados de gerações diferentes. Ela veicula crenças, normas, valores, saberes, modos de fazer, de ser, de sentir. Em todos os casos, ela passa pelos objetos, pelos corpos, pelos nomes, instituições e discursos. E revela, sobretudo, o quão dolorosa é a transmissão, como ato que implica em selecionar o que deve ser conservado e transmitido.⁵¹

RECEBIDO EM: 31/08/2016
APROVADO EM: 20/10/2016

50 FERNÁNDEZ LONG, Miguel. Declaración Testimonial al Poder Judicial de la Nación, ciudad de San Martín, 13 de abril de 2015.

51 CANDAU, Joel. *Antropologia da Memória*. Trad. Miriam Lopes. Lisboa: Instituto Piaget, 2005, p. 183-185.